



O lugar da filosofia na educação

Por MARCELO SENNA GUIMARÃES

klynamen@gmail.com

Trabalho em processo:

O ensino de filosofia no ensino médio vem se desenvolvendo no Brasil especialmente após a aprovação da Lei nº 11684 de 02/06/2008, que tornou a disciplina obrigatória em todas as séries desse nível de ensino. Antes, a disciplina fazia parte dos currículos da maior parte dos estados brasileiros e também de escolas particulares, incluindo, em alguns casos, o ensino fundamental. Já desde o início dos anos 2000 e mesmo antes, um bom número de livros didáticos, paradidáticos e de metodologia de ensino, além de coletâneas de artigos e estudos monográficos sobre o ensino de filosofia foram publicados no mercado editorial brasileiro. Pode-se notar o desenvolvimento de um campo de pesquisa e produção em torno do ensino de filosofia. Entre as produções desse campo, podemos selecionar as seguintes para formar um quadro do ensino de filosofia no Brasil.

Em 2004, foi publicado um estudo (FAVERO et alii, 2004) sobre o ensino de filosofia no Brasil, que mostrou que em vários estados a disciplina já fazia parte do currículo do ensino médio, ainda que em condições precárias em termos de presença de professores licenciados na disciplina e dos poucos tempos de aula a ela destinados. Tal estudo se realizou a partir de solicitação da UNESCO, que realizou pesquisa sobre as condições do ensino de filosofia em todo o planeta, da qual resultou o documento *Filosofia – uma escola de liberdade*, publicado em 2007 (UNESCO, 2007/2011). Esse texto apresenta breves descrições da situação da filosofia no ensino secundário em vários países, além de oferecer uma análise geral desse tema. No caso do Brasil, apresenta a trajetória da filosofia desde as escolas jesuítas de caráter doutrinal e catequizador, no período da colônia, até as disputas por sua presença ou ausência dos currículos escolares, no império e na república (UNESCO, 2011, p. 78).

Dalton Alves (ALVES, 2002) também mostra que a filosofia teve uma trajetória intermitente, de presenças e ausências, nos currículos escolares da república brasileira. Essa





intermitência nos faz ver que há uma disputa em torno da filosofia como disciplina escolar, seja para determiná-la segundo um preceito específico, positivista ou religioso, seja para afirmar ou negar a sua presença como um todo. Pensar o ensino de filosofia no Brasil significa adentrar o terreno dessa disputa e encontrar o seu lugar e o seu movimento. O lugar da filosofia nas escolas se relaciona com o lugar da filosofia nas licenciaturas. A disputa em torno da disciplina faz pensar em que tipos de escolas se pretende promover, como políticas públicas e como empreendimentos particulares. É possível uma escola sem filosofia? A filosofia está presente na escola apenas na forma de uma disciplina? É possível uma escola que não cultive apenas uma filosofia? A filosofia significa o aprendizado de uma posição filosófica (uma doutrina, uma teoria, um sistema, uma perspectiva) ou o aprendizado do diálogo entre as distintas posições? A filosofia tem lugar apenas na formação de professores de filosofia ou também na formação de outros professores? Como devemos formar professores de filosofia? Como se deve ensinar filosofia, nas escolas e nas licenciaturas?

Essas questões e outras que se poderiam levantar mostram que o campo de pesquisa em torno do ensino de filosofia tem um vasto terreno a inquirir. Essas e outras questões têm sido levantadas na formação de professores realizada nos âmbitos dos departamentos de filosofia e de educação das universidades. Como indício da vitalidade dessa área de pesquisa, desde 2006 constituiu-se o Grupo de Trabalho (GT) Filosofar e Ensinar a Filosofar, no âmbito da ANPOF, exercendo atividades regulares desde então. Esse GT reúne professores de prática de ensino de filosofia, professores de ensino médio, de filosofia da educação e outras áreas próximas, que realizam pesquisa e atuam como professores e formadores de professores de filosofia. A ANPOF também realiza, desde 2012, a ANPOF – ENSINO MÉDIO, espaço destinado aos professores de filosofia do ensino médio apresentarem trabalhos produzidos em sua prática profissional.

A discussão curricular da disciplina esteve presente na produção de programas de curso nos diversos estados da federação, acompanhada pela produção didática, que retrocedem pelo menos até a década de 1970, ou mesmo antes, conforme se queira abranger um maior período histórico. Apesar da presença intermitente da filosofia nos currículos do ensino secundário em todo o período republicano, a produção de bibliografia e documentação em torno do





ensino de filosofia tem acontecido ao longo de todo esse período, de diversas perspectivas, positivistas, católicas, humanistas, entre outras.

Pode-se falar, portanto, de um campo de pesquisa e de atuação de professores de filosofia. O ensino de filosofia é uma prática profissional que, por ser docente, é um campo de pesquisa. A prática da docência é o ensino, que não se faz sem pesquisa. Uma pesquisa que envolve objetos e procedimentos próprios, para além daqueles característicos da pesquisa exclusivamente teórica. É uma pesquisa que se direciona para a prática do ensino, da transmissão do conhecimento, e não para a produção de novo conhecimento, conforme uma distinção tradicional. Mas se o ensino de filosofia pode ser pensado como uma transmissão de um sentimento de ignorância, mais do que de conhecimento, cabe perguntar se essa prática não é também produz efeitos. Retomaremos esse tema adiante, tentando especificar alguns efeitos possíveis da prática do professor de filosofia.

No mesmo sentido, é uma boa notícia o fato da realização regular de eventos de encontro e discussão do ensino de filosofia, em meio à formação de professores em todas as licenciaturas. Se a formação de professores de filosofia se comunica com a formação em filosofia, comunica-se também com a formação de professores, e é nesta dupla face que constituem suas identidades e diferenças. Note-se que tais eventos têm acontecido com regularidade no contexto brasileiro e latino-americano pelo menos desde o final da década de 1990. Que educação, que educação filosófica e que ensino de filosofia se pode promover nessas terras de terreiros e territórios? Será a filosofia capaz de se tornar uma escola da liberdade em todas as situações em que se exerce a docência?

Enunciado esse contexto, gostaria de abordar o tema do ensino de filosofia a partir do uso do livro *Filosofia em sala de aula – teoria e prática para o ensino médio* (Rodrigo, 2009) em cursos de formação de professores de filosofia. Pretende-se apontar esta obra como contribuição relevante para a constituição do campo de pesquisa do ensino de filosofia no Brasil, anteriormente delineado. O texto de Lidia Rodrigo apresenta o problema do ensino de filosofia na educação brasileira, destacando os tópicos da didática numa escola de massa, da forma e do conteúdo do ensino, e caracteriza os aspectos didático-pedagógicos da docência filosófica, conceituando a especificidade do trabalho docente e oferecendo reflexões e





propostas de procedimentos de ensino, recursos bibliográficos e avaliações. Ao tratar dessas questões, a autora realiza profícuo debate com autores brasileiros, latino-americanos e europeus, estabelecendo um diálogo de âmbito internacional em torno do ensino de filosofia. E não deixa de tratar da prática do professor do ensino médio, oferecendo onze unidades didáticas estruturadas para a disciplina.

Um ponto que merece atenção é o da especificidade do trabalho do professor de ensino médio. Na prática docente o objetivo não é produzir um saber novo no campo da filosofia, mas a “competência para converter a filosofia em saber ensinável”, ou seja, “elaborar uma modalidade de saber que não é produzida pelo pesquisador acadêmico: o saber didático-filosófico, ou seja, aquele que institui mediações capazes de possibilitar que a filosofia seja um saber ensinável” (Rodrigo, 2009, p.70). Não como mero reprodutor, mas como produtor de uma forma específica do discurso, o professor encontra a identidade de sua prática profissional. Como afirma a autora, há que escapar de uma armadilha presente na argumentação de que o professor *deve* ser um pesquisador, a armadilha de considerar-se aí o trabalho do pesquisador mais valioso do que o trabalho do professor. A produção do saber didático-filosófico é a tarefa específica do professor. Não se confunde com a pesquisa na área da filosofia, entendida como produção de conhecimento novo nessa área. Trata-se de um saber produzido na escola e para a escola, pelo menos no que tange à educação formal. Não significa que todos os professores devam publicar livros didáticos, mas a produção de um discurso que se concretize em textos didáticos próprios para o ensino é parte da tarefa do professor (Rodrigo, 2009, p.69).

Por outro lado, pode-se dizer que o professor de ensino médio faz pesquisa em sua própria atividade, pois para produzir esse saber didático-pedagógico é necessário levantar questões, selecionar conteúdos, articulá-los, apresentá-los de forma compreensível e aberta ao debate, justificar seus procedimentos e demonstrar seus resultados. Não é o caso de dizer que o professor *deve* tornar-se pesquisador, mas que ele *já é* um pesquisador. A sua pesquisa tem características diferentes, mas envolve a produção de um saber específico, e para isso mobiliza recursos diversos, entre textos de filosofia próprios e de outros autores, procedimentos e metodologias de aulas, construção de programas de curso e elaboração de





avaliações. A pesquisa do professor se realiza em suas aulas e em todo o planejamento e execução do processo pedagógico. Se não produz conhecimento novo, produz aulas novas, produz um discurso didático, com vocabulário e referências próprias, articuladas ao seu contexto.

O reconhecimento desse saber docente, assim como do saber escolar, é um movimento de valorização da profissão de professor, na medida em que reconhece na prática docente os elementos de constituição de saberes e efeitos educativos. Para evidenciar que essa prática tem, além da dimensão educacional, uma dimensão filosófica, voltemo-nos para um ponto aludido anteriormente.

Cabe reconhecer também que, no caso da filosofia, a produção de saber didático está relacionada à transmissão não apenas de conhecimento, mas também à transmissão de uma ignorância. Como mostra Silvio Gallo (Gallo, 2012), ao pensarmos o ensino de filosofia não devemos nos esquecer da questão da aprendizagem. Na escola, o que se busca é que os estudantes aprendam. Aprendam a aprender, a ler, a escrever, a raciocinar, a calcular, a compreender a natureza e a história. Mas o que significa aprender filosofia? Talvez um pouco de todo o anterior, não apenas como transmissão de um conhecimento, mas como contato com uma tradição e aprendizagem de uma certa postura de pensamento, o que significa, no caso da filosofia, a “transmissão do sentimento de ignorância”. Quem faz essa provocação é Jacques Rancière que, como afirma Silvio Gallo, considera antifilosófica a lógica da explicação, cabendo ao ensino de filosofia promover uma lógica contrária:

...a filosofia pode ser, na instituição, este lugar onde se reverta o fundamento da autoridade do saber, onde o sentimento justo da ignorância apareça como a verdadeira superioridade do mestre: o mestre não é aquele que sabe e transmite; ele é aquele que aprende e faz aprender, aquele que, para falar a linguagem dos tempos humanistas, faz seu estudo e determina cada um a fazer por sua conta. (Rancière *apud* Gallo, 2012, p. 69).

Acrescenta ainda Rancière que, por ser a filosofia o lugar de uma verdadeira ignorância, ela pode ocupar esse ponto de reversão. Desde o princípio os filósofos não sabem nada, não por falta de estudos ou de experiências, mas por “falta de identificação”. Por isso o ensino de filosofia pode ser o lugar onde a transmissão de conhecimentos se transforma em “algo mais sério: a transmissão do sentimento de ignorância” (Rancière *apud* Gallo, 2012, p. 69).





Como crítica ao ponto de vista de Rancière, Silvio Gallo mostra que o registro da transmissão (de saber, de um texto, de um conceito e mesmo de um sentimento de ignorância) põe o acento no trabalho do professor, na tarefa do ensino, fazendo do ato de aprender apenas uma decorrência desse ensino. Como indicação da importância da aprendizagem, mostra que Deleuze, em seu combate ao pensamento como representação, considera que o pensamento é anterior ao saber, e que é do aprender, e não do saber, que se devem extrair as condições transcendentais do pensamento. Coloca-se assim ênfase no processo de aprender, na passagem da vida do não saber ao saber, e não no saber como resultado do pensamento (Gallo, 2012, p. 70).

Gallo prossegue em seu texto distinguindo a filosofia como conhecimento da filosofia como experiência e, a partir desta segunda noção, investiga a prática do filósofo como exercício espiritual, a partir dos textos de Michel Foucault.

Apesar de reconhecer a pertinência da observação de Gallo, gostaria de questionar se a transmissão do sentimento de ignorância não envolve justamente uma transferência do foco do ensinar para o aprender. Esse deslocamento está presente nas palavras de Rancière, quando afirma que o mestre é “aquele que aprende e faz aprender”. Nota-se ao menos a intenção de modificar o lugar do ensino, revertendo a autoridade do saber num sentimento de ignorância, que pode ser entendido como um desejo de aprender. Levando em conta essas observações e a vida e as ideias de Joseph Jacotot, analisadas na obra *O mestre ignorante* (Rancière, 2002), pode-se afirmar que a prática do mestre é um exercício espiritual, justamente o exercício da emancipação. Essa afirmação merece uma investigação mais cuidadosa, considerando o vasto estudo sobre os exercícios espirituais realizado por autores como Michel Foucault (Foucault, 2004) e Pierre Hadot (Hadot, 1999), entre outras referências. Porém, a tomaremos aqui como ponto de apoio para encaminharmos as questões finais deste texto.

Podem os exercícios pedagógicos, realizados na escola, serem exercícios espirituais, experiências de pensamento, experiência de emancipação? Se retornarmos à questão da prática docente tal como é vivida nas escolas, surgem talvez alguns paradoxos próprios à profissão de ensinar filosofia.





O professor de filosofia não pode deixar de lidar com o fato da filosofia não ser apenas um sistema, uma teoria, uma doutrina pronta e acabada, nem meramente a reunião de vários sistemas, teorias ou doutrinas, colocados em oposição ou articulados em uma progressão. Enquanto essa apresentação da filosofia permanecer externa, isto é, como um conjunto de informações a ser reproduzido, trata-se apenas da transmissão de um saber, que pode ser mais ampla ou mais restrita. Nessas condições, a filosofia pode até tornar-se uma disciplina escolar, definindo seus conteúdos e elaborando avaliações razoavelmente objetivas. Mas a pergunta que permanece viva em uma realidade como essa é se essa aula de filosofia é capaz de constituir uma educação filosófica. Será suficiente, e será mesmo o mais relevante, ensinar filosofia como um saber constituído? De um modo mais radical, pode-se perguntar: será possível ensinar a filosofia como tal saber?

Uma forma clássica dessa pergunta foi investigada por autores como Kant e Hegel ao tratarem do aparente dilema entre ensinar filosofia e ensinar a filosofar. Como nos mostra Lidia Rodrigo, esse é um falso dilema, se pretende significar o desprezo pela história da filosofia e sua substituição pelo ensino de habilidades de pensamento (Rodrigo, 2009, p. 48). A filosofia como experiência de pensamento não se reduz a uma instrumentalização de seus conteúdos e procedimentos, mas por outro lado também não se reduz a uma apresentação histórica de teorias e sistemas. Ao não se reduzir a nenhuma das duas formas de ensinar, não deixa também de praticá-las de algum modo. É difícil imaginar uma aula de filosofia que não faça referência a conceitos e que não os examine em argumentos e procedimentos lógicos e argumentativos. O conceito de experiência de pensamento, porém, vai além de uma mera justaposição de atividades diferenciadas, exposições e exercícios.

As referências apresentadas mostram que a filosofia é um convite ao pensamento, quer dizer, ao risco de pensar por si mesmo, sem ignorar os outros, sejam nossos interlocutores mais próximos, sejam autores antigos ou contemporâneos que conhecemos por meio de textos. O saber didático que o professor de filosofia elabora, portanto, tem algo de uma imersão no pensamento filosófico, não apenas para aceitação de doutrinas constituídas, mas para a investigação dos princípios e fundamentos de cada doutrina e para a abertura para a dinâmica do pensamento. Ensinar e praticar procedimentos de leitura, escrita e debate



provavelmente será parte desse saber, mas se tomados como meros instrumentos, ainda não são capazes de realizar uma educação filosófica.

Essa forma de revisitar a questão da distinção entre ensinar filosofia e ensinar a filosofar tenta colocar, ainda que de forma incompleta, a necessidade da reapropriação da tradição consagrada nos textos e nos procedimentos filosóficos para que o seu ensino seja significativo e não meramente instrumental ou informativo. Num nível de ensino em que a formação geral, o pleno desenvolvimento do educando, a formação para a cidadania e para o exercício do trabalho são objetivos gerais estabelecidos em lei, a filosofia tem um lugar a ocupar que não se restringe a uma mera instrumentalização ou à transmissão de um conjunto de informações. O filósofo, como professor, não pode ser outra coisa que um educador. Seu lugar é sempre o de um movimento mais amplo do que a reafirmação de um saber. Dito de outra forma, para uma educação filosófica, o professor não pode ser um mero transmissor de conhecimentos acabados e fechados em si mesmos, imunes à crítica e à interrogação. É importante compreender isso, especialmente num momento em que a tarefa da escola como educadora é posta em questão na disputa política. Como afirmou Jacques Rancière, “quem ensina sem emancipar, embrutece” (Rancière, 2002, p. 37). Uma escola da liberdade não pode ser uma escola do embrutecimento, mas apenas uma escola da emancipação, “consciente do verdadeiro poder do espírito humano” (Rancière 2002, p. 34).

Esperamos, com esse texto e essa breve apresentação, ter mostrado que o campo de ensino de filosofia permite pensar sobre o lugar e o movimento dessa disciplina nas licenciaturas e no ensino médio, e nos indica ao menos um efeito importante dessa prática: a emancipação. Esta se dá num contexto escolar, onde habitualmente se identifica o ensino com a transmissão do saber. Como vimos, porém, a emancipação intelectual pode ser entendida não como a transmissão de um saber, mas como a transmissão de uma ignorância. Isso nos leva a perguntar sobre qual o próprio sentido da educação básica. Deve ela se caracterizar apenas pela promoção de competências básicas ou deve buscar também aquela abertura de um espaço de investigação que reconhece o não-saber como ponto de partida? Na sequência desse texto, pretendemos desenvolver essa questão. Num contexto de forte disputa sobre o papel da escola, como se dá no Brasil recentemente, é importante levantar



essa questão sobre o sentido da formação básica. Tem a filosofia um lugar nessa formação? Acreditamos que sim, pois sem a presença da interrogação filosófica, a formação básica tende a se reduzir a um adestramento ou ao embrutecimento, quando o que se deve buscar são os primeiros passos da emancipação intelectual.

Referências

Alves, Dalton José. *A filosofia no ensino médio: ambiguidades e contradições na LDB*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

Favero, Altair Alberto; Ceppas, Filipe; Gontijo, Pedro Erginaldo; Gallo, Silvio; Kohan, Walter Omar. O ensino de filosofia no Brasil: um mapa das condições atuais. In: *CADERNOS CEDES 64: A filosofia e seu ensino*. Campinas, vol. 24, n. 64, set/dez 2004, p. 257-280.

Foucault, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Gallo, Silvio. O aprender filosofia com exercício de si. In: XAVIER, Ingrid Muller; KOHAN, Walter. *Filosofar: aprender e ensinar*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 69-84.

Hadot, Pierre. *O que é a filosofia antiga?* São Paulo: Loyola, 1999.

Rancière, Jacques. *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

Rodrigo, Lidia Maria. *Filosofia em sala de aula. Teoria e prática para o ensino médio*. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

UNESCO. *La Philosophie, une Ecole de la Liberté - Enseignement de la philosophie et apprentissage du philosophe : état des lieux et regards pour l'avenir*. Paris: UNESCO, 2007. (Tradução para o espanhol por UNESCO, 2011)